**ECONOMIA MARANHENSE DE 1890 A 2010: SUPEREXPLORAÇÃO E ESTADO OLIGÁRQUICO**

José Raimundo Trindade (Professor do PPGE/UFPA)

O debate histórico e econômico regional faz bastante tempo é acometido de um conjunto de fragilidades e falta de perspectivas críticas. De maneira geral temos uma economia regional pautada pela análise de modelos reducionistas e que buscam tratar o espaço regional a partir da perspectiva micro ou macroeconômica convencional, geralmente retendo questões como evolução do PIB, modelos de expansão ou crescimento econômico baseados em agentes principais ou, em alguns casos mais específicos, baseados nas relações de composição da renda regional.

Em termos históricos a linha tomada vai na mesma direção: a historia econômica vista sem sujeitos e sem luta de classes, basicamente processos estéreis centrados na evolução cíclica que considera a expansão do PIB (Produto Interno Bruto) como resultante de condições gerais e estáveis, além de conceber o capitalismo enquanto um sistema de convergências econômicas, o que constitui uma percepção estéril e longe da realidade concreta a qual a análise mais criteriosa e crítica deveria se fundamentar.

A diferença fundamental do trabalho apresentado por Jomar Fernandes acerca da história econômica maranhense constitui justamente a novidade, ou retorno se quisermos considerar trabalhos clássicos como os de Celso Furtado e Roberto Santos, a contribuição da análise do concreto das formações econômico-sociais desde uma construção estruturalista e dialética, algo a se comemorar e trabalhar na sua divulgação.

Vale aqui transcrever parte do trabalho do autor, a fim de observar seu método e alcance teórico e histórico: “o estudo tem como tarefa teórica central demonstrar que a superexploração da força de trabalho (na base econômica) e o estado oligárquico (na superestrutura jurídico-política), trabalharam dialeticamente juntos para que o Maranhão, que no final do século XIX chegou a ter a segunda maior indústria do Brasil (...) chegasse à primeira década do ´século XXI com o pior PIB per capita [do país]” (p. 45).

Dois componentes estruturais da formação econômica e social brasileira são arregimentados pelo autor: a superexploração da força de trabalho e o Estado oligárquico. A superexploração da força de trabalho é condição formal e real da interação entre formas econômicas dependentes e o capitalismo central. A relação entre periferia e centro se dá mediante uma contradição fundamental, um “intercâmbio desigual”, pois no mercado mundial os países latino-americanos exportam produtos básicos que não requerem a introdução de tecnologias diferenciais para expansão da acumulação.

Assim, as burguesias das economias dependentes diante das condições de troca desigual encontram no aumento da exploração do trabalho um mecanismo de compensação, que permite o aumento da massa de valor disponível para a exportação, ou seja, o problema colocado pelo intercâmbio desigual é resolvido mediante compensação da transferência de riqueza pelo expediente da superexploração dos trabalhadores brasileiros.

Dadas as condições para submeter o trabalhador a tal situação, pode-se concluir que três arranjos fundamentais de exploração são empregados: o aumento da intensidade do trabalho, o aumento da jornada de trabalho e a redução do consumo do trabalhador além de seu limite normal, negando aos trabalhadores as condições básicas para repor o desgaste de sua força de trabalho, além de remunerá-lo abaixo do valor de sua própria força de trabalho.

Como corretamente observa o autor, o debate sobre a superexploração da força de trabalho já estava parcialmente presente em Marx ([1867] 2013), porém foram as contribuições pioneiras de Marini (2011 [1975]) que integraram as relações de superexploração ao fenômeno de trocas desiguais que se estabelecem entre o centro e a periferia capitalistas. Marini desenvolveu com sucesso a explicação lógica da interação entre as condições econômicas de extração de mais-valor “espúrio” condizente com a realidade nacional brasileira e sua subordinação dependente ao imperialismo estadunidense. O autor desenvolve habilmente a interação desta condição nacional para um contexto regional, propriamente a realidade maranhense.

Porém, os aspectos de organização política da burguesia brasileira e regional também deve ser denotado e tratado. As oligarquias regionais e, muito especificamente, os grupos de poder econômico e político que se revezam no controle das relações sociais maranhenses e, diríamos, em todo país. Como ressalta o autor essa forma estatal atrasada e de “mal estar social” como nos falava Chico de Oliveira (2003) é “fruto de uma composição de classes conservadora, formada pela burguesia agroexportadora e pelo estamento político do capital assentado na burocracia estatal e no controle das instituições, inclusive das forças militares, cumprindo um papel de guardião daquela ordem” (p. 440).

Duas breves considerações: a forma estatal oligárquica brasileira, nacional e regionais, são mais do que condições institucionais para acumulação de capital no Brasil, suas funcionalidades e usos para o capital cumpriram e cumprem ainda funções de “acumulação por despossessão”, termo de Harvey (2008) mas que é plenamente aplicável a longa história de apropriação das riquezas sociais via tributos ou controle direto sobre as terras e sua transferência para setores empresariais, diga-se algo que se processa de forma tão avassaladora na década de 1990 com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e se repete de forma violenta com a espoliação da Petrobras e Eletrobras nestes anos de 2020/2022.

Porém, a figura do Estado nacional e regional também se vinculam ao estabelecimento da infraestrutura necessária a rápida acumulação de capital, o que se observa no Maranhão e no Pará de forma tão clara quando da construção da estrutura portuária (Porto de Itaqui) e ferroviária (Ferrovia de Carajás) e sua pronta exploração pelos capitais, seja da atual Companhia Vale ou de outros capitais empresariais diversos.

O excelente trabalho desenvolvido por Jomar Fernandes é fruto de uma longa vivência com a pesquisa e, inclusive, com o trato do mundo das letras. O autor já publicou outras obras, além deste trabalho que aqui resenhamos.

Vale observar que o livro apresenta uma divisão bem dosada entre os capítulos e tratamento teórico e empírico. Os capítulos 2 e 3 desenvolvem rico material descritivo e dissertativo da história maranhense dos séculos XVII ao final do século XIX, inclusive detalhando as contradições entre o inicial processo de industrialização da terra de Gonçalves Dias e a impaciente subordinação do nascente poder republicano brasileiro as ordens do Império Britânico.

Nos capítulos 4, 5, 6, 7 e 8 o autor nos brinda com excelente tratamento teórico das relações entre a formação econômica e social maranhense e os dois fios condutores teóricos do trabalho, ou seja, a superexploração da força de trabalho e o Estado oligárquico. Por fim, nos capítulos finais do trabalho temos uma tese expressiva: a ruptura com esse estado de coisas de subdesenvolvimento e crescente exploração dos trabalhadores maranhenses somente se dará sob os signos de um projeto de soberania nacional, sendo que os “entraves ao desenvolvimento socioeconômico, justamente pela concentração de renda nas mãos de poucas famílias e a consequente atrofia do mercado interno [relaciona-se ao] modelo latifúndio; monocultura; produção para o mercado externo e (...) superexploração da força de trabalho”(p. 465).

Ao lermos as conclusões da obra de Jomar Fernandes chegamos à infelicidade de termos a impressão que o Brasil e o Maranhão parece que andam em um círculo de ferro de dependência e superexploração continuada, sendo que nestes anos recentes esse círculo parece ter-se tornado um circulo infernal, mas rompe-lo é o que nos cabe, o que a leitura deste livro muito colabora.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FERNANDES, Jomar Pereira Filho. Economia Maranhense de 1890 a 2010: Superexploração e Estado Oligárquico como entraves ao desenvolvimento. São Luís: EDUFMA, 2020.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011 [1975].

MARX, Karl. O Capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

OLIVEIRA, Francisco de. A critica a razão dualista. São Paulo: Boitempo, 2003.

**RESUMO**

RESENHA DO LIVRO: ECONOMIA MARANHENSE DE 1890 A 2010: SUPEREXPLORAÇÃO E ESTADO OLIGÁRQUICO COMO ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO. JOMAR FERNANDES PEREIRA FILHO. SÃO LUIS: EDUFMA, 2020.

**ABSTRACT**

BOOK REVIEW: MARANHENSE ECONOMY FROM 1890 TO 2010: OVEREXPLORATION AND THE OLIGARCHIC STATE AS BARRIERS TO DEVELOPMENT. JOMAR FERNANDES PEREIRA FILHO. SÃO LUIS: EDUFMA, 2020.